


INSTITUTO	
 Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	Gm (capital Aberto)
Data	24/19/2001 Pg. C-5
Class.	105

■ CAPITAL ABERTO

MINERAÇÃO

Vale discute com governo replantio na Amazônia

Mônica Magnavita
do Rio

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tem planos ambiciosos na Amazônia. A mineradora está discutindo com o Ministério do Desenvolvimento a concessão de terras devolutas devastadas na região para plantação de florestas. A idéia, conforme executivos ligados à companhia, é utilizar a área replantada para fornecimento de carvão vegetal para produção de ferro-gusa, visando a exportação. Para a Vale, trata-se de um negócio novo e rentável, nas palavras de um executivo. Já o governo estaria ocupando uma região constantemente ameaçada por nações estrangeiras, interessadas em transformá-la em área universal. A situação vem se agravando diante da perspectiva de escassez da água potável nos próximos 30 anos, conforme estimativas da Organização das Nações Unidas.

Nesse cenário, o Brasil surge como um país estratégico, uma vez que detém 8% da água potável do mundo. Só a Amazônia responde por 80% desse total, conforme o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo — o que dá uma idéia da importância da região para os governos do Primeiro Mundo.

O projeto da Vale ainda está em fase de discussão dentro do governo e poderá contar com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com fontes ligadas ao negócio, o programa tem apoio do governo e a Vale surge como uma das poucas opções de empresas brasileiras com estatura suficiente para conduzir um processo de replantio na Amazônia, transformando a região em fonte de negócios para exportação. O projeto da Vale inclui a utilização da Celmar, floresta plantada no Maranhão, para fornecimento de carvão vegetal para produção de ferro-gusa a ser exportado. A

mineradora desistiu recentemente de vender a empresa, depois de duas tentativas sem êxito.

A Vale iniciou, este ano, processo de venda de todos os seus ativos de papel e celulose, que inclui a Bahia Sul (comprada pela Suzano), a Cenibra (comprada pelo consórcio japonês JBP), a Floresta Rio Doce (em processo de venda, com conclusão prevista para o próximo mês) e a Celmar. O endividamento elevado da empresa e o fato de ter patrimônio líquido negativo acabaram inviabilizando o negócio. Diante disso, a Vale refez as contas e optou por integrar a Celmar no projeto de produção de ferro-gusa para exportação. A mineradora usará a floresta do Maranhão para a produção de carvão.

Atualmente, conforme um executivo a par do processo, pairam sobre a produção de carvão vegetal no Brasil acusações de destruição da natureza e de utilização de trabalho infantil. "Por isso, não há exportação sob forma de contratos. Os países europeus bloqueiam a compra de produtos cuja produção afete a natureza e inclua mão-de-obra infantil", disse o executivo.

A produção da Vale preencheria esse espaço. Segundo fontes da empresa, a produção obedeceria a critérios rigorosos de controle ambiental, fator-chave para a operação da Vale na Amazônia. Os clientes seriam as siderúrgicas europeias produtoras de aço, por meio da chamada redução direta, procedimento operacional que utiliza ferro-gusa no processo. No Brasil, a Belgo-Mineira e a Gerdau operam com redução direta, utilizando gás natural como fonte de energia. Com o projeto de produção de ferro-gusa, a Vale estará abrindo uma nova frente de negócios, já que a empresa ganhou a liderança do mercado como fornecedora de minério de ferro.